

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JANEIRO DE 2021

Às 08h30 do dia 26 de janeiro de 2021, por videoconferência, devido ao estado de emergência decorrente do Coronavírus, declarado pela Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária de 2021 do Conselho de Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, sob a presidência do Conselheiro Luis Felipe Salin Monteiro, com a presença dos Conselheiros Cristiano Rocha Heckert, Nina Maria Arcela, Marco Paulo Reis Tanure, Marco Aurélio Sobrosa Friedl, e João Pedro Viola Ladeira. Fizeram-se presentes, também, durante os trabalhos do Colegiado, Gileno Gurjão Barreto, Diretor-Presidente, Carlos Moraes de Jesus, Auditor Interno, Sara Franco Lustosa da Costa, André Henrique Fagundes Schirmer e Gustavo Assis Chaves, Assessores, no exercício das atividades de Secretaria-Executiva do Conselho. **1. ABERTURA** – O Presidente do Conselho abriu a reunião, verificando a presença do quórum estipulado pelo disposto no Art. 18 do Estatuto Social do Serpro, aprovado em 23 de abril de 2020. Foi feita a leitura da pauta do dia. **2. COMUNICADOS E INFORMES – (2.1)** Foram disponibilizadas no repositório corporativo de documentos do Conselho de Administração, doravante denominado SerproDrive, as seguintes atas: da Diretoria Executiva – DIREX (41ª à 48ª ordinárias e 4ª e 5ª extraordinárias); e do Comitê de Auditoria – COAUD (20ª à 24ª ordinárias e 16ª à 23ª extraordinárias); **(2.2)** Foi disponibilizado no SerproDrive o informe da Auditoria Interna – AUDIN, “Acompanhamentos AUDIN – janeiro/2021”. Sobre os assuntos reportados no informe da Auditoria Interna – AUDIN, foram discutidos o Relatório Final de Auditoria 2020/012, e o Relatório Final de Auditoria 2020/017. Questionado se todos os pontos de auditoria foram tratados pelo Serpros, foi respondido que o Relatório 2020/012 trazia o resultado do monitoramento das medidas implementadas ainda no início do ano, apontando que foi constituído um grupo de trabalho dentro do Serpros que promoveu o saneamento de todos os apontamentos feitos pela AUDIN do Serpro. Questionado sobre a autorização para alienação de imóveis do Decreto relativo ao PND, foi informado que havia dois dispositivos aparentemente conflitantes, um indicando a necessidade de que sejam informadas quaisquer alienações de valor acima de 5% do patrimônio líquido da Empresa, precisando de autorização do Ministro da Economia e outro sem nenhuma restrição. Diante disto, a AUDIN recomendou à área de logística que se obtivesse um parecer jurídico visando maior segurança na interpretação da legislação. O Colegiado ressaltou que o percentual apontado de 5% seria acumulativo, e isso deveria ser considerado pela empresa. Questionado sobre o inventário no patrimônio, foi informado que, na reunião em que a AUDIN participou com a Auditoria Independente, não foi feito nenhum apontamento relativo a essa questão, sendo a única observação feita sobre os bens que ainda estão em uso e estão completamente depreciados. O Diretor-Presidente informou ainda que a informação trazida pela Diretoria de Administração é de que a Auditoria Externa expressou a confiança nos controles internos do Serpro e, considerando a pandemia, não

seriam feitas observações sobre o fato de não ter sido feito o inventário. O Auditor Interno informou ainda que o Acórdão 2764/2020 do TCU já estava sendo tratado internamente pela empresa. O Colegiado aprovou o encaminhamento dos Relatórios de Auditoria 2020/012 e 2020/017 para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e para a Controladoria-Geral da União (CGU).

**3. PENDÊNCIAS DE REUNIÕES ANTERIORES** – Foi disponibilizada no SerproDrive a planilha de acompanhamento relativa às solicitações do Conselho. O Colegiado decidiu: (a) pela inclusão de todos os itens indicados no Acórdão 2764/2020 do TCU, na planilha de acompanhamento de solicitações do Conselho; e (b) a inclusão como item de acompanhamento mensal nas reuniões, o andamento dos trabalhos do Consórcio contratado para o Processo de Desestatização da Empresa.

**4. ESTRUTURA DA DIREX E ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DA AUDIN E DAS DIRETORIAS** – Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) A apresentação “Deliberação – Atribuições e competências”; (ii) a minuta da Deliberação e seus anexos 1 a 3; (iii) a Tabela Comparativa; (iv) o Extrato da ata da 2ª Reunião Ordinária da DIREX; e (v) a Proposição de Voto 001/2021. O Diretor-Presidente apresentou o tema e convidou para apresentação, com a aprovação do Presidente do Conselho: o Diretor de Administração, senhor Antônio de Pádua Ferreira Passos, o Diretor de Operações, senhor Antonino dos Santos Guerra Neto, e o Gerente do Departamento de Gestão Corporativa de Estrutura, Normas Empresariais, Processo Decisório e Projetos, senhor Daniel França. Foi informado que o material tratava de alterações de atribuições e competências que foram feitas em decorrência do último Estatuto aprovado, mudanças relacionadas à governança de TI e algumas alterações necessárias para ajuste de estrutura do Gabinete da Diretoria Executiva. O Colegiado debateu o disposto na Instrução Normativa 17 de 2018 da CGU que indicava que a Ouvidoria não poderia ficar vinculada à Diretoria das empresas, e sim ao Conselho de Administração, sendo informado que, a partir dessa Instrução Normativa, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia (SEST/ME) teria orientado que tanto a Ouvidoria quanto a Corregedoria ficassem vinculadas ao Conselho de Administração e o Diretor-Presidente informou que essa alteração, relativa à orientação da SEST/ME, já constaria no novo Estatuto Social da empresa, em fase de aprovação pela Assembleia Geral. Foi esclarecido ainda que a atual proposta não trazia alterações de estrutura, apenas revisitava as atribuições exclusivas já autorizadas em uma versão anterior. Questionado se todas as atribuições que estão descritas na proposta já estavam em estruturas abaixo da Presidência, foi respondido que estão sendo promovidas adequações no Gabinete da Diretoria Executiva, previstas para entrar em vigor no dia primeiro de fevereiro. Questionado se o impacto financeiro da mudança de estrutura estaria dentro da alçada delegada ao Diretor-Presidente, foi respondido que sim. Questionados se a atividade de Marketing de Produto seria movida da Diretoria de Relacionamento de Clientes (DIRCL) para a Presidência, foi respondido que a atividade não seria movida, sendo a proposta a inclusão do assunto nas atribuições da Superintendência de Comunicação e Marketing (SUPEM), subordinada à Presidência, para explicitar que seria a responsável pelo suporte técnico da DIRCL no tratamento deste assunto. Questionados sobre os motivos para a movimentação da atividade

*Endomarketing* de volta para a SUPEM, foi respondido que após a movimentação anterior para a Superintendência de Gestão de Pessoas (SUPGP), foram solicitadas alterações de estrutura para atendimento das atribuições e, em virtude das limitações da empresa, a decisão foi de que a melhor decisão seria que esta atividade retornasse para a SUPEM. Questionados sobre o fato de o assunto Tecnologia da Informação constar somente na Diretoria de Operações (DIOPE) mesmo percebendo que a Diretoria de Desenvolvimento (DIDES) teria atuação importante no assunto, foi respondido que o tema precisaria ser revisitado no futuro para refletir as atribuições da DIDES relacionadas ao assunto. Questionados sobre o item 1.1.2 do Anexo 2, constatou-se que o referido item precisaria ser ajustado, visto que a aprovação da Estrutura Organizacional dos órgãos subordinados à Auditoria Interna seria competência do Conselho de Administração, conforme Regimento Interno da Auditoria Interna aprovado em reunião passada. Foram apontados itens pontuais em duplicidade em competências das Diretorias. Questionado se a atual estrutura está compatível com a versão vigente do Estatuto Social da Empresa, foi respondido que sim. O Colegiado aprovou a Deliberação GE-002/2021, para início de vigência a partir da sua assinatura, com o seguinte ajuste: (c) no Anexo 2, retirando a competência da Diretoria Executiva sobre alterações na estrutura, atribuições e competências da Auditoria Interna; (d) também no Anexo 2, removendo as duplicidades apontadas; e (e) no Anexo 3, adequando às disposições do Regimento Interno da AUDIN.

A Deliberação formalizando a alteração da estrutura deve ser apresentada para assinatura do Colegiado após as revisões solicitadas.

## **5. REVISÃO DO PROCESSO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DO SERPRO**

– Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) A apresentação “Deliberação – Prestação de Contas; (ii) a Deliberação DE-004/2008; (iii) a tabela “de-para” apresentando as alterações e justificativas; (iv) a minuta da Deliberação; (v) o extrato da ata da 47ª reunião ordinária de 2020 da DIREX; e (vi) a Proposição de Voto 002/2021. O Diretor de Administração, senhor Antônio de Pádua Ferreira Passos apresentou o tema e convidou para apresentação, com a aprovação do Presidente do Conselho: o Superintendente de Controladoria, senhor Daniel Azevedo Pansani, o Superintendente de Controles, Riscos e Conformidade, senhor Tiago de Andrade Lima Coelho, a Gerente do Departamento de Conformidade e Integridade, senhora Maria Francisca Dutra, a Gerente do Departamento de Operação e Suporte ao Centro de Multisserviços, senhora Renata Pinheiro Gonsalves, a Gerente da Divisão de Gestão da Governança Corporativa, senhora Gabriela Fonseca Silva de Oliveira, e a Gerente da Divisão de Políticas, Normas e Demonstrações Contábeis, senhora Maria Helena da Silva Rodrigues. Foram convidados pelo Presidente do Conselho de Administração os membros do COAUD, senhores Mauro Rodrigues Uchôa, Adilson Herrero e Antônio Edson Maciel dos Santos, acompanhados do Secretário-Executivo do Comitê, senhor Nilton Rocha de Araújo. Foi inicialmente informado que o tema tratava da modernização e atualização da deliberação que dispõe sobre prestação de contas incluindo elaboração de demonstrativos contábeis e notas explicativas, datada de 2008. Desde então a legislação mudou e a norma não foi atualizada. A atualização teria como finalidade adequar a referida deliberação não apenas à legislação vigente mas também à realidade da

empresa. Foi apresentado o detalhamento das alterações, informando que a alteração tinha o objetivo de tornar a norma mais perene e incorporar a possibilidade de regulamentação específica e mais atual sobre o assunto. O Auditor Interno se manifestou sobre o texto da Proposta de Deliberação, especificamente no item 2.0, onde ponderou ser mais adequado à atual legislação no ponto em que deixa de exigir um parecer específico da Auditoria Interna, sem contudo deixar de prever a possibilidade de exame pela mesma. Informou também que a redação proposta abria espaço para a atuação do Comitê de Auditoria. O Comitê de Auditoria manifestou-se de acordo com a opinião da Auditoria Interna. Questionado sobre o prazo legal para a conclusão de todo o processo de prestação de contas, foi esclarecido que o prazo é contado a partir da determinação da data da Assembleia Geral Ordinária – AGO, pois todo o material precisa ser enviado para a Coordenação-Geral de Assuntos Societários da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (CAS/PGFN) até 30 dias corridos antes da data da AGO. O Colegiado foi informado também que os prazos constariam da Norma Interna que trata do assunto e seria redigida com base na Deliberação aprovada. Questionado se o Comitê de Auditoria julgava haver alguma outra informação ou comentário relevante para a deliberação do assunto, este se manifestou não tendo comentários adicionais. O Colegiado aprovou a Deliberação GE-003/2021 para início de vigência a partir da sua assinatura.

**6. PROPOSTA DE RECONDUÇÃO DA TITULAR DA CORREGEDORIA – Em função da necessidade de encaminhamento da documentação destacada para A Corregedoria-Geral da União (CRG), o assunto foi tratado como a 1ª Reunião Extraordinária de 2021 do Conselho de Administração.**

**7. PROPOSTA DE DESTITUIÇÃO E INDICAÇÃO DE NOVO TITULAR PARA A SUPCR** – Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) Memorando SISCOR 023454/2020; (ii) a documentação apresentada ao Comitê de Elegibilidade; (iii) o Cadastro dos Titulares das Áreas de Governança; (iv) a Ata da 13ª Reunião de 2020 do Comitê de Elegibilidade; (v) a minuta da Deliberação; (vi) a Proposição de Voto 004/2021; e (vii) a Proposição de Voto 005/2021. O Diretor-Presidente apresentou a proposta. Informou inicialmente que o atual Superintendente de Controles, Riscos e Conformidade fez um bom trabalho, como será inclusive possível observar nos próximos itens da pauta da presente reunião, especialmente no que diz respeito ao aumento no mapeamento dos riscos da empresa e na implantação do Comitê de Gerenciamento de Riscos. A substituição proposta visa permitir um maior alinhamento com a Presidência da empresa no que diz respeito à implantação do processo de “*background check*” e “*compliance*” de fornecedores e clientes. No entendimento do Diretor-Presidente, a nova composição da equipe terá condições de acelerar este processo específico. Fazendo uso da palavra, o Conselheiro Sobrosa manifestou que em sua opinião é sempre uma boa prática buscar o cumprimento dos mandatos, ainda que não necessariamente a qualquer custo. O Conselheiro expressou ainda que concorda com o Diretor-Presidente e compreende que o alinhamento é fundamental para a consecução dos resultados, entretanto, salienta que o mandato também é um instrumento importante para a governança, inclusive para que a independência da atuação seja mantida. Manifestou ainda sua opinião de que, embora compreendendo que a presidência da empresa teria necessariamente melhores condições de avaliar todo o

trabalho do atual Superintendente, no que ele pôde observar enquanto Conselheiro de Administração e membro do Comitê de Elegibilidade, não haveria motivos para sua substituição antes do término do mandato, salientando ainda que seus comentários não teriam absolutamente nenhuma relação com a substituta apresentada, visto que considera que a Superintendência de Controles, Riscos e Conformidade também estaria muito bem conduzida através de seu trabalho. A Conselheira Nina ponderou que, em seu entendimento, há mandatos voltados a resguardar a autonomia do cargo em questão, enquanto outros mandatos são fixados como medida de boa prática gerencial, para a delimitação de prazos de atuação do profissional e a organização de processos administrativos. Expressando ainda seu reconhecimento pelo trabalho do atual Superintendente, a Conselheira Nina externou sua opinião no sentido de que, no presente caso, não se trata de mandato fixado com vistas à autonomia do cargo, e de que é prerrogativa do Diretor-Presidente propor a substituição do titular da função, caso perceba uma oportunidade de melhoria para a empresa. O Diretor-Presidente fez uso da palavra novamente, declarando não terem sido constatadas falhas no trabalho do atual Superintendente, declarando ainda que considera que suas tarefas foram adequadamente cumpridas e que a substituição proposta trata efetivamente da busca de um melhor alinhamento entre a presidência da empresa e o titular da SUPCR. Questionado se o destituído seria incorporado a outra posição estratégica da Empresa, o Diretor-Presidente respondeu que sim, de acordo com o interesse pessoal do funcionário. Com o registro do voto em contrário do conselheiro Marco Aurélio Sobrosa Friedl e a aprovação dos demais Conselheiros, o Colegiado aprovou a destituição do senhor Tiago de Andrade Lima Coelho e efetivação da senhora Ana Flávia Bastos Guedes Resende como nova titular para a Superintendência de Controles, Riscos e Conformidade, a partir do dia 1º (primeiro) de fevereiro de 2021. Foi definido que esta decisão deveria ser formalizada na Deliberação GE-004/2021, a ser assinada pelos Conselheiros. **8. ACORDO EM AÇÃO JUDICIAL COM SERPROS** – Em função de não ter todas as informações definidas, o assunto, proposto pela Diretoria Executiva, foi retirado de pauta a pedido da própria. **9. INDICADORES CORPORATIVOS 2021** – Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) A apresentação “Revisão de Indicadores Corporativos-2021”; (ii) o extrato da ata da 51ª Reunião Ordinária de 2020 da Diretoria Executiva; e (iii) a Proposição de Voto 007/2021. O Superintendente de Controles, Riscos e Conformidade, senhor Tiago de Andrade Lima Coelho, apresentou o tema e convidou para apresentação, com a aprovação do Presidente do Conselho: O Superintendente de Controladoria, senhor Daniel Azevedo Pansani, o Gerente do Departamento de Avaliação do Desempenho Econômico-Financeiro, senhor Carlos Rodrigo da Silva Santana, o Gerente da Divisão de Avaliação de Desempenho por Segmentos, senhor Samuel Lopes Furtado, a Gerente do Departamento de Governança Corporativa, senhora Maria Francisca Dutra e a Gerente da Divisão de Desempenho e Avaliação da Governança Corporativa, senhora Fernanda Roscille Bezerra de Medeiros. Foi informado que cada um dos Diretores fez a avaliação dos indicadores sob sua competência e posteriormente toda a Diretoria Executiva aprovou a proposta atual para submissão ao Colegiado. Foi apresentado que os indicadores buscavam alinhamento ao Estatuto Social da empresa e às orientações

tanto do Tribunal de Contas da União (TCU), quanto da SEST/ME, sendo alguns deles inclusive recomendações diretas desses órgãos. Além disso, os indicadores de mercado que visam possibilitar a comparação do Serpro com outras instituições do setor. Foi declarado que as metas estavam alinhadas ao Planejamento Estratégico e às projeções econômicas do Serpro. Foi destacada a retirada de 3 indicadores utilizados em 2020 (“Realização de Contratos de Receita”, “Riqueza por Empregado” e “Transformação Digital – Faturamento em Serviços de Informação e Inteligência”) e a inclusão de 2 novos indicadores (“Índice de Qualidade do Ambiente de Trabalho” e “Índice de Integridade, Prevenção e Combate à Corrupção”). O Colegiado debateu sobre a retirada do indicador 17 (Transformação Digital – Faturamento em Serviços de Informação e Inteligência), onde não percebiam no novo conjunto de indicadores um item que pudesse ser utilizado para avaliação do andamento da empresa no cumprimento de sua visão, que é de deixar de ser unicamente uma empresa de processamento de dados para ser uma empresa de transformação digital. Foi esclarecido que a intenção da proposta foi não repetir indicadores que já são avaliados no Planejamento Estratégico, visto que esse item seria foco de um conjunto de medidas contempladas naquele instrumento. A respeito do indicador Índice de Caixa Mínimo e a fórmula de cálculo utilizada, o Colegiado questionou se a NCG (Necessidade de Capital de Giro) seria calculada pelas demonstrações financeiras de 2020 e utilizando como uma constante ou se será calculada mês a mês. Foi respondido que apesar de normalmente ser uma meta para todo o ano, o objetivo é torná-lo dinâmico, pois essa também seria uma forma de buscar o fluxo de caixa futuro. Questionado se seria possível calcular esse valor mês a mês, foi respondido que sim. O Colegiado ressaltou a importância de que a empresa observe que o ano de 2021 tende a ser diferente de 2020, entre outros fatores pela característica de que em 2020 não houve contingenciamento orçamentário, o que possivelmente não se repetiria no exercício de 2021. O Colegiado sugeriu que a meta para 2021 seja elevada para pelo mínimo 2,5 vezes a NCG. Por solicitação do Presidente do Colegiado, o Diretor de Administração foi convidado a participar da discussão. Sobre o indicador Liquidez Corrente, o Colegiado questionou o fato de a meta ter sido reduzida, e foi informado que esse valor foi calculado a partir do cenário que se apresentava para o exercício, em que existia a possibilidade real de que a performance de recebimento fosse afetada por questões macroeconômicas. Foi informado ainda que haveria uma previsão do aumento dos níveis de saídas, notadamente refletindo o PDV, que se realizaria no decorrer do exercício, e a DRE projetada previa um aumento do nível de gastos em 5,2%. O Colegiado discutiu que diante da necessidade de um aprofundamento no assunto, e do fato de que uma alteração pontual em uma das metas poderia influenciar as demais metas estabelecidas, debatendo se naquele momento seriam examinados apenas os indicadores propostos, restando as metas quantitativas para uma análise posterior. Sobre os indicadores propostos, o Conselheiro Sobrosa manifestou seu entendimento de que o indicador 13 (iQVT - Índice de Qualidade no Ambiente de Trabalho) era na prática apenas parte do indicador utilizado pelo mercado e conhecido como Índice de Felicidade no Trabalho, visto que pela descrição originalmente proposta estariam de fora conceitos relacionados à Gestão de Pessoas. Foi respondido que o indicador contemplava efetivamente os

conceitos relacionados à Gestão de Pessoas, exemplificando que entre outros conceitos são avaliados: a comunicação interna; participação e autonomia; sustentabilidade; diversidade; relações interpessoais; Carreira, saúde segurança e Qualidade de Vida no Trabalho (QVT); Educação Corporativa, Liderança e Reconhecimento. Por solicitação do Presidente do Colegiado, o Diretor de Desenvolvimento Humano, senhor Wilson Biancardi Coury foi convidado a participar da reunião. O Diretor de Desenvolvimento Humano esclareceu que o que estava sendo seguido era o mesmo padrão da pesquisa “Você S/A” e uma eventual alteração poderia impedir uma comparação precisa da empresa dentro dos padrões da pesquisa. O Colegiado também foi informado que havia uma recomendação do COAUD para alteração da descrição do indicador 16. Após debate e deliberação do Colegiado, o indicador 16 passou a ser descrito como “Índice de adesão de práticas de Integridade”. O Colegiado aprovou os indicadores apresentados, exceto o indicador 13, e indicando a alteração na descrição do indicador 16. A descrição do indicador 13 e as metas quantitativas seriam reavaliadas e trazidas para nova deliberação do Colegiado na próxima reunião ordinária.

**10. ALTERAÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2021 - RVA-2021** – Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) Apresentação “Indicadores RVA 2021”; (ii) o documento “Acordo de Participação no Programa de Remuneração Variável Anual dos Diretores do Serpro – 2021”; (iii) Anexos I a V-RVA 2020-2021; (iv) o documento “Premissas e Indicadores Programa de Remuneração Variável-RVA 2021”. O Diretor de Administração apresentou o tema e convidou para apresentação, com a aprovação do Presidente do Conselho: O Diretor de Desenvolvimento Humano, O Superintendente de Controladoria, o Gerente do Departamento de Avaliação de Desempenho Econômico-Financeiro, o Gerente da Divisão de Avaliação de Desempenho por Segmentos, senhor Samuel Lopes Furtado e o Gerente da Divisão de Gestão das Relações Sindicais e Frequência, senhor Geoffrey Souza Cordeiro. Foi resgatado inicialmente que o tema foi aprovado pelo Colegiado no mês de dezembro e foi solicitado propor ao Conselho a inclusão de um item que permitisse avaliar o crescimento da receita nos indicadores corporativos. Foi explanado que a proposta foi discutida pela Superintendência de Controladoria em conjunto com a Superintendência de Gestão de Pessoas e a Diretoria de Relacionamento com Clientes (DIRCL) e contemplava mover o referido indicador do conjunto dos indicadores táticos da DIRCL para o conjunto de indicadores corporativos. Para tanto foi feita a redistribuição dos pesos corporativos e a meta para este indicador foi fixada em R\$ 3.575 milhões. Foi explicado que a proposta também contemplava a criação do indicador Receita Operacional Bruta “não-OGU” (com clientes não pertencentes ao Orçamento Geral da União) para a Diretoria de Relacionamento com Clientes, fixando como meta o valor de R\$ 642 milhões. O Colegiado aprovou a proposta de inclusão do indicador Receita Operacional Bruta no conjunto de Indicadores Corporativos, a redistribuição dos pesos dos indicadores corporativos, a substituição do indicador da DIRCL para o indicador Receita Operacional Bruta não-OGU, e a fixação das metas destes dois novos indicadores conforme proposto pela Diretoria Executiva e solicitou que, caso os indicadores aprovados impactassem nos Indicadores Corporativos, estes deveriam retornar ao Conselho de Administração para

aprovação. **11. PLANO DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS** – Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) A apresentação “Plano Corporativo de GRC-2021”; (ii) o documento “Plano Corporativo de GRCI 2021”; (iii) Extrato da ata da 2ª Reunião Ordinária de 2021 da DIREX; e (iv) a Proposição de Voto 008/2021. O Superintendente de Controles, Riscos e Conformidades, senhor Tiago de Andrade Lima Coelho apresentou o tema e convidou para apresentação, com a aprovação do Presidente do Conselho: o Gerente do Departamento de Controles Internos e Riscos, senhor Francisco de Assis da Silva Ribeiro e a Gerente do Departamento de Operação e Suporte ao Centro de Multisserviços, senhora Renata Pinheiro Gonsalves. Foram convidados pelo Presidente do Conselho de Administração os membros do COAUD, senhores Mauro Rodrigues Uchôa, Adilson Herrero e Antônio Edson Maciel dos Santos, acompanhados do Secretário-Executivo do Comitê, senhor Nilton Rocha de Araújo. A apresentação abordou as diretrizes, objetivos e premissas balizadoras do Plano de Gestão de Riscos. Foram também apresentados os Riscos Estratégicos 2020 (aprovados em 2019) e os 10 riscos estratégicos para 2021, destacando os riscos revisados em 2020 e os acrescentados. Foi abordada a evolução da cobertura de riscos operacionais, atingindo 88,24% em 2020 e projetando a cobertura de 100% desses riscos em 2021. Foram relacionados os Projetos Estratégicos selecionados pelo COGRS e Diretoria Executiva, e os Riscos Críticos Corporativos. Questionado se os projetos estratégicos já traziam em sua documentação a gestão de riscos, foi respondido que sim e que no caso específico dos projetos estratégicos, a 2ª linha tem atuado de forma mais específica na análise dos riscos, trazendo sugestões de pontos de melhoria, efetividade e impacto. Questionado sobre a descrição do Risco Estratégico RE08, visto que havia sido solicitada a troca pelo termo “Desestatização”, foi apresentado que será encaminhado para revisão quanto ao solicitado e será apresentado no próximo posicionamento trimestral. Fazendo uso da palavra, o Diretor-Presidente aproveitou a oportunidade para agradecer o senhor Tiago de Andrade Lima Coelho pelo excelente desempenho enquanto Superintendente de Controles, Risco e Conformidade, pelos avanços alcançados e declarar seu apoio pessoal em seus próximos desafios para que seja tão bem sucedido quanto o foi na equipe da SUPCR e DIJUG. O Presidente do Conselho de Administração também agradeceu em nome do Colegiado a atuação do senhor Tiago de Andrade Lima Coelho junto ao Conselho de Administração desejando-lhe sucesso em seus próximos desafios. O senhor Tiago de Andrade Lima Coelho agradeceu os cumprimentos e a oportunidade de trabalho na SUPCR e junto ao Colegiado. O Colegiado aprovou o Plano de Gestão de Riscos e Controles Internos. **12. PLANO DE TRABALHO DO COAUD** – Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) A apresentação “Atuação do COAUD – Exercício 2020”; e (ii) a apresentação “Plano de Trabalho – Serpro Coaud – 2021”. Presentes os membros do COAUD, o Presidente do Comitê apresentou o tema. A apresentação abordou a descrição do plano de atividades do COAUD relacionadas aos assuntos: Orçamento do Comitê, plano de trabalho, reuniões, avaliação do Comitê, atividades relacionadas à Auditoria Independente e à Auditoria Interna, controle interno, elaboração das Demonstrações Financeiras, partes relacionadas, cálculo atuarial, sistema de transparência, denúncias, ouvidoria e ética, relatórios, educação continuada e

proposta orçamentária. Questionados sobre a necessidade de uma previsão no orçamento para o trabalho de especialistas, foi respondido que no momento o Comitê não percebia essa necessidade e que caso se apresente o COAUD traria uma proposta de revisão ao Conselho de Administração. Questionados sobre como se dará a apresentação do Relatório Anual, foi respondido que será elaborado um Relatório detalhado e em conjunto será feita uma apresentação visando a informação de pontos mais importantes ao Conselho de Administração. O Colegiado aprovou o Plano de Trabalho do Comitê de Auditoria conforme apresentado.

**13. RELATÓRIO SEMESTRAL DE GESTÃO DO PATROCÍNIO DE PLANOS DE BENEFÍCIOS DO SERPROS – 1º SEMESTRE/2020 – Em função da necessidade de encaminhamento da documentação destacada para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e SEST/ME, o assunto foi tratado como a 2ª Reunião Extraordinária de 2021 do Conselho de Administração.**

**14. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE ECONOMICIDADE DO SERPROS – RESOLUÇÃO CGPAR 25 –** Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) A apresentação “Avaliação de Economicidade do Serpros 2018-2019”; (ii) o relatório de Avaliação de Economicidade-2018\_2019; e (iii) a ata da 46ª Reunião Ordinária de 2020 da DIREX. O Diretor de Administração, senhor Antônio de Pádua Ferreira Passos apresentou o tema e convidou para apresentação, com a aprovação do Presidente do Conselho: o Superintendente de Controladoria e a Gerente da Divisão de Assessoramento Técnico da Patrocinadora ao Serpros, senhora Renata Moreira dos Santos. Foi informado inicialmente que o tema atendia à CGPAR 25 que em dezembro de 2018 determinou um prazo de dois anos para que as patrocinadoras fizessem um estudo da economicidade de manutenção do patrocínio dos benefícios aos fundos de pensão. A apresentação do relatório abordou os seguintes temas: Metodologia Utilizada, detalhando fontes de estudo e conceitos utilizados (Conceito de Economicidade adotado a partir do Manual de Auditoria Operacional do TCU, Rentabilidade Líquida, Taxa de Administração, Taxa de Carregamento, Benefícios Médios e Grau de Economicidade); avaliação de indicadores com a comparação entre os resultados do Serpros de 2018 e 2019 (Rentabilidade Líquida, Taxa Administração, Taxa de Carregamento, Valor Médio de Pensão e Valor Médio de Aposentadoria Programada); avaliação de indicadores com a comparação entre os resultados do Serpros e os melhores Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC (Rentabilidade Líquida, Taxa Administração, Taxa de Carregamento, Valor Médio de Pensão e Valor Médio de Aposentadoria Programada); detalhamento do *benchmarking* realizado; e as conclusões. No tópico Avaliação dos Indicadores, o SERPROS apresentou rentabilidade líquida e taxas de administração e carregamento, compatíveis com à média geral do mercado, evidenciando a economicidade do patrocínio. Deste modo, considerando os aspectos de ordem técnica, o relatório concluiu pela manutenção da gestão do patrocínio no SERPROS. O Colegiado sugeriu que para as próximas análises sejam buscados indicadores que comparem a rentabilidade líquida levando em consideração o risco dos investimentos e enfatizou a importância de elementos de comparabilidade com planos semelhantes, públicos e privados, e que isso fique sempre muito claros para os participantes. Questionado se a empresa teria condições de realizar este trabalho de avaliação anualmente, foi respondido

que sim. Questionado sobre qual seria a melhor forma de regularizar essa decisão, foi sugerido que a decisão fosse incluída no escopo da Política de Supervisão da Entidade de Previdência Privada, sugestão acolhida pelo Colegiado. Questionados sobre qual seria o percentual de pessoas que recentemente aderiram ao Plano de Desligamento Voluntário (PDV) e decidiram sacar os valores do Serpros ante optar pelo benefício, foi respondido que esta informação ainda não estava disponível, mas a informação inicial é de que seria um percentual baixo do total de pessoas que aderiram ao PDV. O Colegiado registrou ciência sobre o assunto. **15. REALIZAÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS**

**2020** – Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) Apresentação “Acompanhamento – Plano de Investimento 2020”; e (ii) o extrato da ata da 3ª Reunião Ordinária de 2021 da DIREX. O Diretor de Administração apresentou o tema e convidou para apresentação, com a aprovação do Presidente do Conselho: o Diretor de Operações, o Superintendente de Planejamento, Especificação e Negociação das Contratações e Gestão dos Recursos de TI, senhor Elvis Zamith Vilar Evangelista, o Superintendente de Controladoria, senhor Daniel Azevedo Pansani, o Gerente do Departamento de Gestão Orçamentária e Custos, senhor Georges Leitão dos Santos, o Gerente do Departamento de Desempenho e Planejamento de TI, senhor Leandro Lopes Lyra, o Gerente da Divisão de Controle Orçamentário, senhor Hélio Calado Falcão Júnior, e o Gerente da Divisão de Gestão de Demandas, Planejamento e Orçamento de TI, senhor Leonardo Ayres Ramos. O Diretor de Administração informou que o tema atendia ao acompanhamento periódico por parte do Conselho de Administração do Plano de Investimento da empresa. A apresentação do relatório abordou os seguintes temas: Execução do Plano de Investimento por natureza de despesa, Evolução dos valores desde 2016, incluindo o percentual do total de investimentos em relação à Receita Operacional Líquida em cada um dos anos e o comparativo entre a média das empresas estatais de TI; Execução do Plano de Investimento por Objetivo Estratégico; Execução do Plano de Investimento por categorias do PDTI. Questionado se o que está sendo descrito como “Realizado” é o que comumente se denomina por “Liquidado”, foi respondido que sim. Questionados se o valor indicado como “Realizado” na totalização de investimentos em 2020 (R\$169.775.144,00) compreendia também investimentos de 2019 e liquidados em 2020, foi respondido que sim. O Colegiado foi informado ainda de que nas categorias de TI isso não aconteceu de 2020 para 2021, em resposta a um esforço concentrado das equipes responsáveis pelo recebimento dessas categorias de investimentos. Questionado se a diferença de valores investidos na evolução da Infraestrutura de Centro de Dados em relação aos valores investidos no Aperfeiçoamento da Qualidade de Software e na Implantação da Plataforma de Negócios não sinalizaria movimento contrário à visão da empresa em tornar-se uma empresa de inteligência de negócios, foi respondido que os investimentos em infraestrutura ainda se justificam pela representatividade do segmento na receita da empresa. Foi esclarecido ainda que algumas contratações foram inicialmente previstas como investimentos mas foram concluídas como contratação de software em custeio. As contratações relativas à Plataforma de Negócios não foram concluídas em 2020 mas serão finalizadas em 2021. O Colegiado foi também informado que com a aquisição do ERP a questão da alocação entre investimento e custeio estaria

mais evidente. O Colegiado registrou ciência sobre o assunto, e solicitou: (f) que fossem encaminhadas as informações de contratação que representaram as entregas em qualidade de software, para que o Colegiado tenha percepção mais clara de que se tratou efetivamente de uma realocação e não uma despriorização da categoria de qualidade de software. **16. ASSUNTOS GERAIS** – O Diretor-Presidente aproveitou a ocasião para informar ao Colegiado sobre os seguintes temas: **(16.1) Home-office**, onde a Empresa optou por colocar todos os funcionários em *home-office* nas localidades onde a taxa de ocupação de leitos de UTI estavam acima de 80%; **(16.2)** sobre recentes vazamentos de dados relatado na mídia, a equipe de segurança do Serpro ainda estava investigando, mas os dados preliminares apontavam que o principal vazamento era de uma base de dados legada externa ao Serpro, e os dados do Denatran teriam indício de serem compatíveis com um *dump* executado para um cliente. O Presidente do Conselho solicitou atenção máxima nas apurações, pois o Serpro estaria arrolado nas investigações; e **(16.3)** sobre o andamento das atividades de planejamento relacionadas ao processo de desestatização da empresa, foi informado que no final de 2020 foi realizada a contratação pelo BNDES do consórcio Dados BR, que é composto pelas empresas Accenture do Brasil, BCW e Machado, Meyer, Sendacz, Opice e Falcão Advogados. A reunião inicial para buscar alternativas de parceria com a iniciativa privada foi realizada em 18 de janeiro de 2021, com a participação do Diretor-Presidente do Serpro, do Presidente da Dataprev, de secretários e representantes do Ministério da Economia, de representantes do BNDES e do consórcio Dados BR. Estão previstas reuniões a serem agendadas com os principais stakeholders, devendo iniciar com a Secretaria da Receita do Brasil. Foi informado também que haverá reunião técnica entre o consórcio contratado e cada diretoria do Serpro. Foi exposto que o dataroom do projeto estava recebendo a documentação solicitada e que o BNDES comunicou que foi concluído o processo de contratação da Diligência Financeira, que seria executada pela empresa Grant Thornton Auditores Independentes. **17. PRÓXIMA REUNIÃO** – Os Conselheiros confirmaram a data da 2ª Reunião Ordinária de 2021 para o dia 23 de fevereiro de 2021, a partir das 08h30. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, às 13h10, e eu, Gustavo Assis Chaves, por ordem do Presidente do Conselho, lavrei a presente Ata, que foi apresentada, dentro do prazo regimental, para ser assinada pelos Conselheiros e por mim.

LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO  
Presidente do Conselho

CRISTIANO ROCHA HECKERT  
Conselheiro

NINA MARIA ARCELA  
Conselheira

MARCO PAULO REIS TANURE  
Conselheiro

MARCO AURÉLIO SOBROSA FRIEDL  
Conselheiro

JOAO PEDRO VIOLA LADEIRA  
Conselheiro

Gustavo Assis Chaves  
Secretário-Executivo